

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB
2º-Vice-Presidente: deputado Doutor Jean Freire – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – ATAS**
 - 1.1 – Comissões
- 2 – ORDEM DO DIA**
 - 2.1 – Plenário
- 3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO**
 - 3.1 – Plenário
 - 3.2 – Comissões
- 4 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 5 – ERRATA**



ATAS

ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE TURISMO E GASTRONOMIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 17/11/2021

Às 16h6min, comparecem à reunião os deputados Mauro Tramonte, Fernando Pacheco e Charles Santos (este substituindo o deputado Arnaldo Silva, por indicação da liderança do Bloco Minas São Muitas), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Mauro Tramonte, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Sr. William França Cordeiro, secretário nacional de Desenvolvimento e Competitividade do Turismo do Ministério do Turismo, publicado no *Diário do Legislativo* em 11/9/2021. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 10.636/2021, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Queijaria Rubi pela conquista do 2º lugar no 13º Concurso Estadual do Queijo Minas Artesanal;

nº 10.655/2021, dos deputados Bosco, Professor Cleiton e Mauro Tramonte, em que requerem seja realizada à sede do governo do Estado para apresentar ao governador e ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, ao secretário de Estado de Cultura e Turismo e ao secretário de Estado de Saúde o projeto de desenvolvimento de infraestrutura turística de Cássia, especialmente a variante de ligação à MG-344, e a reforma da unidade de pronto atendimento da cidade, tendo em vista a proximidade da inauguração do Santuário de Santa Rita de Cássia, prevista para 22/5/2022;

nº 10.669/2021, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja realizada audiência pública para debater o destaque e a relevância do azeite mineiro na gastronomia;

nº 10.670/2021, dos deputados Agostinho Patrus e Mauro Tramonte, em que requerem seja realizada audiência pública para celebrar o Dia Mundial da Alimentação e homenagear produtores e personalidades da gastronomia mineira;

nº 10.701/2021, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater a necessidade de pavimentação da BR-485, localizada no Parque Nacional de Itatiaia, para alavancar o turismo no sul do Estado;

nº 10.791/2021, dos deputados Bosco, Professor Cleiton e Mauro Tramonte, em que requerem seja realizada visita ao governador do Estado e aos secretários de Estado de Infraestrutura e de Cultura para apresentar o projeto de desenvolvimento de infraestrutura turística de Cássia, especialmente a variante de ligação à MG-344, tendo em vista a construção do Santuário de Santa Rita de Cássia;

nº 10.808/2021, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja realizada visita à 30ª Expocachaça e à 14ª Brasilbier, no Município de Belo Horizonte, para conhecer e prestigiar esse evento gastronômico, que é o mais reconhecido do setor no País;

nº 10.809/2021, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Festival da Jabuticaba de Sabará pela comemoração de sua 35ª edição.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, de dezembro de 2021.

Mauro Tramonte, presidente.

ATA DA 42ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 2/12/2021

Às 9h15min, comparecem à reunião os deputados Sargento Rodrigues, João Leite e Celise Laviola (substituindo a Deputada Delegada Sheila, por indicação Do Bloco Minas São Muitas), membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, a deputada Celise Laviola e os deputados Gil Pereira, Duarte Bechir, Professor Cleiton e Gustavo Mitre. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e a prestar informações sobre a gestão do Corpo de Bombeiros Militar e da Polícia Militar em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro. A presidência convida a tomar assento à mesa os Srs. Cel. BM Edgard Estevo da Silva, comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG; e Cel. PM. Rodrigo Sousa Rodrigues, comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG. A presidência passa a palavra aos convidados para que façam suas exposições e, em seguida, concede a palavra aos deputados inscritos para suas interpelações. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 11.028/2021, do deputado Charles Santos, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral do Polícia Militar de Minas Gerais pedido de informações sobre se é de interesse da Polícia Militar receber doações de vidros blindados para as viaturas de polícia das forças de segurança do Estado;

nº 11.029/2021, do deputado Charles Santos, em que requer seja realizada visita ao Núcleo de Desenvolvimento Tecnológico da Polícia Militar de Minas Gerais, a convite do comandante-geral da instituição, para conhecer os trabalhos ali desenvolvidos;

Nº 11.031/2021, da deputada Celise Laviola e dos deputados Sargento Rodrigues, João Leite e Gil Pereira, em que requerem seja encaminhado ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – pedido de providências para que o comandante-geral, como membro efetivo do Conselho de Administração, envie esforços no sentido de cobrar do secretário Estadual de Fazenda e da secretária Estadual de Planejamento e Gestão a devolução da cobrança ilegal de 2,5% a mais a título de contribuição

dos segurados bombeiros militares ativos e inativos e 10,5% das pensionistas, considerando-se que a cobrança continua sendo realizada com fundamento no art. 24-C da Lei Federal 13.954, de 2019, que foi declarado inconstitucional pelo STF nos acórdãos RE 1338750, com repercussão geral reconhecida no Tema 1.177, e na ACO 3396 DF;

nº 11.032/2021, da deputada Celise Laviola e dos deputados Sargento Rodrigues, João Leite e Gil Pereira, em que requerem seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais –PMMG – pedido de providências para que o comandante-geral, como presidente do Conselho de Administração, envie esforços no sentido de cobrar do secretário Estadual de Fazenda e da secretária Estadual de Planejamento e Gestão a devolução da cobrança ilegal de 2,5% a mais a título de contribuição dos segurados policiais militares ativos e inativos e 10,5% das pensionistas, considerando-se que a cobrança continua sendo realizada com fundamento no art. 24-C da Lei Federal 13.954, de 2019, que foi declarado inconstitucional pelo STF nos acórdãos RE 1338750, com repercussão geral reconhecida no Tema 1.177, e na ACO 3396 DF;

nº 11.033/2021, da deputada Celise Laviola e dos deputados Sargento Rodrigues, João Leite e Gil Pereira, em que requerem seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que a instituição passe a cumprir o previsto na Lei nº 23.753, de 2021, que dispõe sobre o registro de dados de armas de fogo e munições apreendidas no Estado e altera a Lei nº 13.968, de 2001, que regulamenta o art. 297 da Constituição do Estado e dá outras providências, especificando-se: nome ou marca do fabricante; nome ou sigla do país de fabricação; calibre da arma ou da munição e quantidade de munição; número de série impresso na armação, no cano e na culatra, quando móvel; ano de fabricação, se a arma não estiver incluída no sistema de numeração serial; data da apreensão; fotografia colorida da arma de fogo ou da munição apreendidas; número do registro de ocorrência relativo à apreensão; identificação do servidor responsável pelo recebimento da arma de fogo ou da munição apreendidas;

nº 11.034/2021, da deputada Celise Laviola e dos deputados Sargento Rodrigues, João Leite e Gil Pereira, em que requerem seja encaminhado ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – pedido de providências para que a instituição passe a cumprir o disposto na Lei nº 23.871, de 2021, que altera a Lei nº 13.772, de 11 de dezembro de 2000, que dispõe sobre o registro e a divulgação de dados relativos à violência e à criminalidade no Estado, que obriga a instituição a publicar, anualmente, o número de bombeiros militares mortos em serviço, ou em razão dele, discriminando-se o local de trabalho, com breve síntese do fato em que se envolveram, bem como o número desses servidores, da reserva ou aposentados, que foram mortos, e o número de bombeiros militares feridos em serviço, ou em razão dele, discriminando-se o local de trabalho, com breve síntese do fato em que se envolveram, bem como o número desses servidores, da reserva ou aposentados, que foram feridos;

nº 11.035/2021, da deputada Celise Laviola e dos deputados Sargento Rodrigues, João Leite e Gil Pereira, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que a instituição passe a cumprir o disposto na Lei nº 23.871/2021, que altera a Lei nº 13.772, de 11 de dezembro de 2000, que dispõe sobre o registro e a divulgação de dados relativos à violência e à criminalidade no Estado, que obriga a instituição a publicar, anualmente, o número de policiais militares mortos em serviço, ou em razão dele, discriminando-se o local de trabalho e breve síntese do fato em que se envolveram, bem como o número desses servidores, da reserva ou aposentados, que foram mortos, e o número de policiais militares feridos em serviço, ou em razão dele, discriminando-se o local de trabalho e breve síntese do fato em que se envolveram, bem como o número desses servidores, da reserva ou aposentados, que foram feridos;

nº 11.036/2021, da deputada Celise Laviola e dos deputados Sargento Rodrigues, João Leite e Gil Pereira, em que requerem seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de informações consubstanciadas em relatório que contenha os recursos de investimentos, realizados pelo governo do Estado, que foram destinados à PMMG nos últimos cinco anos;

nº 11.037/2021, da deputada Celise Laviola e dos deputados Sargento Rodrigues, João Leite e Gil Pereira, em que requerem seja encaminhado ao comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – pedido de informações

consubstanciadas em relatório que contenha o montante dos recursos financeiros de investimento realizados pelo governo do Estado que foram destinados ao CBMMG nos últimos cinco anos;

nº 11.038/2021, da deputada Celise Laviola e dos deputados Sargento Rodrigues, João Leite e Gil Pereira, em que requerem seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para realizar esforços a fim de que seja integralmente cumprido o compromisso firmado pelo Poder Executivo para a recomposição das perdas inflacionárias dos salários das carreiras dos integrantes das forças de segurança do Estado, haja vista que o acordo firmado entre o governador do Estado, com a presença dos secretários de Estado de Fazenda e de Planejamento e Gestão, e os representantes das forças de segurança do Estado, assinado em ata no dia 22 de novembro de 2019, previa um total de três parcelas, calculadas, à época, pelo próprio secretário de Estado de Planejamento e Gestão, sendo que a única parcela cumprida pelo governo do Estado recompôs um percentual de 13% dos 48,25% divulgados, com base no IPCA;

nº 11.039/2021, da deputada Celise Laviola e dos deputados Sargento Rodrigues, João Leite e Gil Pereira, em que requerem seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de informações consubstanciadas nas ações concretas que estão sendo desempenhadas quanto à integração das forças de segurança pública por parte do Comando-Geral da PMMG, no sentido de planejamento, inteligência e troca de informações com vistas ao aprimoramento da Política Estadual de Segurança Pública;

nº 11.040/2021, da deputada Celise Laviola e dos deputados Sargento Rodrigues, João Leite e Gil Pereira, em que requerem seja encaminhado ao comandante-geral do Polícia Militar de Minas Gerais pedido de informações consubstanciadas no cronograma de recomposição do efetivo da instituição, tendo em vista o grave déficit de efetivo existente, considerando-se que, conforme dados apresentados no âmbito do Assembleia Fiscaliza, a Polícia Militar possui hoje 37.346 policiais, quando deveria ter 51.669 servidores;

nº 11.041/2021, da deputada Celise Laviola e dos deputados Sargento Rodrigues, João Leite e Gil Pereira, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que a instituição possa cumprir o que foi disposto na Lei nº 23.754, de 2021, sobre o registro e a divulgação de dados relativos a violência e criminalidade no Estado, indicando se foi publicado o número de Reds que envolvem os crimes de homicídio, latrocínio, lesão corporal seguida de morte, extorsão mediante sequestro seguida de morte, estupro seguido de morte, conforme prevê a referida lei, que determina que esses dados devem ser apresentados por Risp, com a discriminação dos dados de cada município e a indicação dos números absolutos e para cada grupo de cem mil habitantes, os quais devem ser publicados semestralmente, divulgados para consulta na internet e enviados ao Ministério Público do Estado e à Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa;

nº 11.042/2021, da deputada Celise Laviola e dos deputados Sargento Rodrigues, João Leite e Gil Pereira, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para regularizar, de forma urgente, o repasse de recursos orçamentários destinados ao Instituto de Previdência dos Servidores Militares – IPSM –, pois tal irregularidade impede o instituto juridicamente de pagar seus fornecedores e, assim, prejudica e compromete as assistências médica e odontológica dos militares e de seus dependentes;

nº 11.043/2021, da deputada Celise Laviola e dos deputados Sargento Rodrigues, João Leite e Gil Pereira, em que requerem seja encaminhado ao comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – pedido de informações consubstanciadas nas ações concretas que estão sendo desempenhadas quanto à integração das forças de segurança pública por parte do Comando-Geral da CBMMG no sentido de planejamento, inteligência e troca de informações com vistas ao aprimoramento da Política Estadual de Segurança Pública;

nº 11.044/2021, da deputada Celise Laviola e dos deputados Sargento Rodrigues, João Leite e Gil Pereira, em que requerem seja encaminhado ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – pedido de providências para realizar esforços a fim de que seja integralmente cumprido o compromisso firmado pelo Poder Executivo para a recomposição das perdas inflacionárias dos

salários das carreiras dos integrantes das forças de segurança do Estado, haja vista que o acordo firmado entre o governador do Estado, com a presença dos secretários de Estado de Fazenda e de Planejamento e Gestão, e os representantes das forças de segurança do Estado, assinado em ata no dia 22 de novembro de 2019, previa um total de três parcelas, calculadas, à época, pelo próprio secretário de Estado de Planejamento e Gestão, sendo que a única parcela cumprida pelo governo do Estado recompôs um percentual de 13% dos 48,25%, com base no IPCA.

nº 11.045/2021, da deputada Celise Laviola e dos deputados Sargento Rodrigues, e João Leite, em que requerem seja informado aos Ministros do Supremo Tribunal Federal – STF – que o Estado de Minas Gerais está descumprindo as decisões do STF exaradas nos acórdãos RE 1338750, com repercussão geral reconhecida no Tema 1.177, e ACO 3396 DF, haja vista que continua realizando a cobrança ilegal de 2,5% a mais a título de contribuição dos segurados bombeiros e policiais militares ativos e inativos e 10,5% a mais das pensionistas, utilizando como base o dispositivo que foi declarado inconstitucional (art. 24-C da Lei Federal nº 13.954, de 2019), bem como não repassando as contribuições patronais estabelecidas no art. 4º, § 1º, II, da Lei Estadual nº 10.366, 1990, que se encontra em pleno vigor;

nº 11.046/2021, da deputada Celise Laviola e dos deputados Sargento Rodrigues, João Leite e Gil Pereira, em que requerem seja encaminhado ao comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – pedido de informações consubstanciadas no cronograma de recomposição do efetivo da instituição, considerando-se o grave déficit de efetivo existente pois, conforme dados apresentados no Assembleia Fiscaliza, o CBMMG conta com 5.663 bombeiros militares, sendo que deveria contar com 7.999 servidores da referida categoria;

nº 11.047/2021, da deputada Celise Laviola e dos deputados Sargento Rodrigues, João Leite e Gil Pereira, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à destinação de recursos financeiros de investimento para o Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG –, considerando-se que atualmente a instituição depende de recursos aleatórios, tais como emendas parlamentares estaduais e federais;

nº 11.048/2021, da deputada Celise Laviola e dos deputados Sargento Rodrigues, Celise Laviola e João Leite, em que requerem seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para destinar recursos financeiros de investimento para a PMMG, considerando-se que atualmente a instituição depende de recursos aleatórios, tais como emendas parlamentares estaduais e federais;

nº 11.049/2021, do deputado Raul Belém, em que requer seja realizada audiência pública para debater a transferência de 350 presos do Presídio de Araguari para outras localidades sem as prévias motivação e fundamentação necessárias para o ato administrativo e sem consulta ao Conselho Comunitário, à Ordem dos Advogados do Brasil – 47ª Subseção –, à Defensoria Pública, ao Sindicato dos Trabalhadores do Sistema Prisional e a entidades de assistência social responsáveis pela interlocução com as famílias dos detentos;

nº 11.050/2021, do deputado Raul Belém, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre a transferência injustificada de 350 presos do presídio de Araguari para outras comarcas sem as devidas fundamentação e motivação inerentes ao ato administrativo e sem consulta prévia ao Conselho Comunitário de Segurança Pública, enfatizando-se que o ato discricionário do secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública trouxe à população araguarina, aos familiares das pessoas privadas de liberdade e aos servidores do sistema penitenciário local, grande transtorno e insegurança, além de provocar considerável clamor social, e que o presídio de Araguari é considerado modelo para outras localidades, não abriga nenhum apenado integrante de facções criminosas e está sendo monitorado pela Prefeitura Municipal, pelo Poder Judiciário e pelo Ministério Público.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de dezembro de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente – João Leite – Delegado Heli Grilo.

ATA DA 28ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 6/12/2021

Às 9h16min, comparecem à reunião a deputada Beatriz Cerqueira (substituindo o deputado Gustavo Santana, por indicação da liderança do BDL) e os deputados Noraldino Júnior e Gil Pereira, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, a deputada Celise Laviola e os deputados Antonio Carlos Arantes e Zé Reis. Havendo número regimental, o presidente, deputado Noraldino Júnior, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a prestar informações sobre a gestão da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro, e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A presidência convida a tomar assento à mesa a Sra. Marília Carvalho de Melo, secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad. Em seguida o presidente, deputado Noraldino Júnior, passa a palavra à Sra. Marília Carvalho de Melo, secretária, para, nos termos da Deliberação nº 2.711/2019, prestar informações sobre a gestão da respectiva secretaria, conforme disposto no art. 54 da Constituição do Estado. Registram-se as presenças dos deputados Gustavo Santana, Gustavo Valadares e Roberto Andrade. Em seguida, os parlamentares inscritos, nos termos da supracitada deliberação, dão início às interpelações, que são respondidas pela secretária, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 11.085/2021, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para a implementação e garantia de água potável e saneamento básico às seguintes comunidades quilombolas: no Município de Virgem da Lapa: Comunidade Quilombola Almas, Curral Novo, Alto Jequitibá (composta pelas comunidades Jequitibá e Bugre), União dos Rosários, Campinhos, Capim Puba, Mutuca de Baixo, Lavrinha, Pacheco, Córrego do Brejo, Morro Redondo, Gravatá, Massacará, Onça, São José, Biquinha, Água Limpa, Cardoso, Limoeiro, Vereda, Bela Vista, Córrego Bonito, Santana, Cafundó, Malhada Branca, Vai-Vai, Coqueiros e Ouro Fino; no Município de São Domingos do Prata: Quilombos do Areião, Surrão e Serra; no Município de Januária: Comunidade Quilombola Croatá, Cabano, Gameleira e Alegre II; e no Município de São Francisco: Comunidade Quilombola Buriti do Meio;

nº 11.086/2021, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que seja promovido um amplo debate, com a participação da sociedade civil e da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, visando a revisão e o aprimoramento do Decreto nº 48.209, de 18 de junho de 2021, que reestruturou o Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais, tendo em vista que vários dispositivos do referido decreto limitam a participação e o controle social nas decisões do conselho;

nº 11.087/2021, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações acerca das alterações do Decreto nº 48.209, de 18 de junho de 2021, que promoveu a reestruturação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais – CERH-MG –, conforme encaminhamentos da 47ª Reunião Extraordinária, que teve por finalidade debater as alterações no referido decreto, esclarecendo quais são as justificativas para o dispositivo que prevê a requisição de apoio policial nas reuniões do CERH-MG; para a possibilidade de o Estado intervir na escolha dos representantes da sociedade civil na composição do CERH-MG; para a retirada das atribuições características do Plenário, transferindo-as para as Câmaras Técnicas; para a criação da Câmara Normativa Recursal com amplos poderes, tomando o lugar do Plenário como instância deliberativa final; para a designação, pelo presidente do CERH-MG, dos componentes da Câmara

Normativa Recursal e das Câmaras Técnicas; para o Instituto Mineiro de Gestão das Águas ser o único proponente das pautas do CERH-MG; para o dispositivo que estabelece que somente os representantes do Estado poderão interpor recursos, quebrando a isonomia do plenário e retirando a representatividade da sociedade civil;

nº 11.088/2021, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações consubstanciadas em estudo que oriente os municípios na elaboração de um plano de arborização urbana e que indique as espécies mais adequadas e especificações técnicas para o plantio;

nº 11.089/2021, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações consubstanciadas em parecer técnico sobre o Projeto de Lei nº 3.300/2021, que define os limites e amplia o Monumento Natural Estadual da Serra da Moeda - Monae -, que contemple visita técnica prévia ao local e análise documental;

nº 11.090/2021, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações consubstanciadas na análise jurídica e técnica das entidades inscritas no Cadastro Estadual de Entidades de Proteção Animal e de Protetores, a fim de atestar quais dessas entidades estão regularizadas e aptas a receber recursos de emendas parlamentares, e para que esse documento seja enviado aos 77 deputados desta Casa;

nº 11.091/2021, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que cobre dos empreendedores mais agilidade nos processos de descaracterização das barragens de contenção de rejeitos ou resíduos alteadas pelo método a montante, nos termos da Lei nº 23.291, de 2019;

nº 11.092/2021, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que aumente o volume de recursos destinados às ações de fiscalização ambiental, tendo em vista que a verba empenhada para essa prática foi reduzida entre 2020 e 2021 e representa menos da metade do valor destinado para os licenciamentos ambientais, que aumentaram em cerca de 58 processos por mês, se comparado com o ano de 2020, com média mensal de 477 licenciamentos ambientais;

nº 11.093/2021, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que elabore o Plano Estadual sobre Mudanças Climáticas, no prazo de um ano, conforme acordado na COP26;

nº 11.094/2021, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que dê celeridade à análise do processo de licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica de Furnas, tão logo seja apresentado o Estudo de Impacto Ambiental – Eia – e o Relatório de Impacto Ambiental – Rima –, pela empresa Furnas Centrais Elétricas;

nº 11.095/2021, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que o processo de digitalização do licenciamento ambiental seja feito de forma célere;

nº 11.096/2021, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que desenvolva estratégias para reduzir as áreas de conflito pelo uso da água no Estado;

nº 11.097/2021, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações acerca do andamento do Programa de Concessão de Parques – Parc;

nº 11.098/2021, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que no processo de licenciamento ambiental da fábrica da Heineken, em Pedro Leopoldo, seja dada especial atenção aos estudos espeleológicos e à preservação das cavidades naturais subterrâneas da região;

nº 11.099/2021, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que sejam evitadas a interceptação de unidades de conservação e de áreas de relevância ambiental para o Estado e para os municípios da RMBH na definição do traçado do Rodoanel;

nº 11.100/2021, do deputado André Quintão, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações detalhadas sobre quais são as medidas que o governo do Estado adotou para a fiscalização e orientação das empresas com vistas ao descomissionamento das barragens a montante; qual a situação hoje do descomissionamento; e qual a perspectiva do prazo determinado pela Lei nº 23.291, de 2019, para cumprimento do descomissionamento de barragens;

nº 11.101/2021, do deputado André Quintão, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações detalhadas sobre a aplicação dos recursos oriundos do Edital Lixão Zero nº 1 (edital de chamada pública do Ministério do Meio Ambiente – MMA), incluindo a relação dos consórcios e projetos selecionados e os municípios contemplados;

nº 11.102/2021, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações consubstanciadas em estudo criterioso do processo de licenciamento ambiental da fábrica da Heineken, no Município de Pedro Leopoldo, tendo em vista que o empreendimento está localizado dentro da Área de Proteção Ambiental – APA – Carste de Lagoa Santa e que o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio – não concorda com a sua instalação;

nº 11.103/2021, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações consubstanciadas em estudo técnico acerca dos impactos ambiental e cultural do traçado do rodoanel na Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH –, tendo em vista que o processo de discussão do projeto não contempla estudo consistente;

nº 11.104/2021, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que sejam adotadas medidas para o cumprimento do acordo judicial homologado relativo ao reajuste da carreira e a recomposição das perdas por inflação dos salários dos servidores dos órgãos e entidades de meio ambiente do Estado;

nº 11.105/2021, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para o encaminhamento do Plano de Carreira dos Servidores do Meio Ambiente à Assembleia Legislativa, bem como a retirada imediata dos 50% do fator redutor da fórmula de cálculo da Gratificação de Escolaridade, Desempenho e Produtividade Individual e Institucional – Gedama –, para funcionários do Grupo de Atividades de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, conforme acordo firmado em 2015; e providências para a reabertura imediata das negociações e o atendimento das justas reivindicações dos servidores da Semad do Sindicato dos Servidores Públicos do Meio Ambiente no Estado de Minas Gerais – Sindsema;

nº 11.106/2021, do deputado Zé Reis, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações consubstanciadas em estudos de análise regulatória acerca da Deliberação Conjunta Semad/IEF nº 3.102, de 2021, que dispõe sobre os processos de autorização para intervenção ambiental no âmbito do Estado de Minas Gerais e dá outras providências; do Decreto nº 43.911, de 2004, que cria a Área de Proteção Ambiental Estadual Cochá e

Gibão, nos Municípios de Januária, Cônego Marinho e Bonito de Minas; e da Lei nº 11.9015, de 1995, que declara de proteção ambiental as áreas de interesse ecológico situadas na Bacia Hidrográfica do Rio Pandeiros;

nº 11.107/2021, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que se implemente o Acordo nº 1.0000.16.050144-1/001, homologado desde de 2016, assim que haja viabilidade jurídica, incluindo a publicação do decreto consignando a retirada dos 50% restantes do VT da fórmula da Gratificação de Escolaridade, Desempenho e Produtividade Individual e Institucional – Gedama –, bem como seja enviado à ALMG, em regime de urgência, o projeto de lei alterando a Lei nº 15.461, de 2005.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de dezembro de 2021.

Noraldino Júnior, presidente.

**ORDEM DO DIA****ORDEM DO DIA DA 96ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA,
EM 9/12/2021****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)**

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase**

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

2ª Fase

(das 16h15min em diante)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.202/2019, do governador do Estado, que autoriza o Estado, por meio do Poder Executivo, a aderir ao Regime de Recuperação Fiscal e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Especial da Assembleia Legislativa**

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 20 horas do dia 9 de dezembro de 2021, destinada a homenagear a Associação dos Cuidadores de Minas Gerais pelos 15 anos de sua criação.

Palácio da Inconfidência, 7 de dezembro de 2021.

Agostinho Patrus, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Conjunta das Comissões Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos, de Assuntos Municipais e Regionalização, Extraordinária das Privatizações, de Desenvolvimento Econômico, de Educação, Ciência e Tecnologia e de Minas e Energia**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Tito Torres, Arnaldo Silva, Betinho Pinto Coelho e Virgílio Guimarães, membros da Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos; a deputada Rosângela Reis e os deputados Cleitinho Azevedo, Braulio Braz, Elismar Prado e Fernando Pacheco, membros da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização; os deputados Coronel Sandro, Bruno Engler, Betão, Duarte Bechir e Guilherme da Cunha, membros da Comissão Extraordinária das Privatizações; os deputados Thiago Cota, Dalmo Ribeiro Silva, Bernardo Mucida, Fábio Avelar de Oliveira e Professor Irineu, membros da Comissão de Desenvolvimento Econômico; as deputadas Beatriz Cerqueira e Laura Serrano e os deputados Betão, Coronel Sandro e Professor Cleiton, membros da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia e os deputados Rafael Martins, Bernardo Mucida, Arnaldo Silva, Bosco e Leonídio Bouças, membros da Comissão de Minas e Energia, para a reunião a ser realizada em 9/12/2021, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de obter informações sobre a gestão da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e da Companhia Energética de Minas Gerais em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro.

Sala das Comissões, 7 de dezembro de 2021.

Gil Pereira, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Conjunta das Comissões Extraordinária de Turismo e Gastronomia, de Desenvolvimento Econômico e de Cultura**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Professor Cleiton, Fernando Pacheco, Arnaldo Silva e Gustavo Mitre, membros da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia, os deputados Thiago Cota, Dalmo Ribeiro Silva, Bernardo Mucida, Fábio Avelar de Oliveira e Professor Irineu, membros da Comissão de Desenvolvimento Econômico, e os deputados Bosco, Professor Wendel Mesquita, Cristiano Silveira, Mauro Tramonte e Professor Irineu, membros da Comissão de Cultura, para a reunião a ser realizada em 9/12/2021, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de obter informações sobre a gestão da Secretaria de Cultura e Turismo em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro.

Sala das Comissões, 7 de dezembro de 2021.

Mauro Tramonte, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Leandro Genaro, Gil Pereira, Gustavo Santana e Osvaldo Lopes, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 9/12/2021, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 7 de dezembro de 2021.

Noraldino Júnior, presidente.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 6/12/2021, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando, a partir de 9/12/2021, Agnaldo de Oliveira, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Vice-Liderança do Bloco Minas são Muitas, vice-líder deputada Delegada Sheila;

nomeando Agnaldo de Oliveira, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Delegada Sheila;

nomeando Deuslene Ribeiro de Souza, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Vice-Liderança do Bloco Minas são Muitas, vice-líder deputada Delegada Sheila;

nomeando Thamiris Canaria de Souza Saraiva, padrão VL-49, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Virgílio Guimarães.

TERMO DE CONTRATO Nº 123/2021

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Cemig Distribuição S.A. Objeto: estabelecimento das condições, procedimentos, direitos e obrigações das partes que regularão a conexão das instalações da unidade de consumo do acessante ao sistema de distribuição operado pela Cemig D e o uso desse sistema pelo acessante em sua unidade inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.516.113/0001-47, na Rua Martim de Carvalho nº 94, Bairro Santo Agostinho, situada no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na tensão contratada de 13,8 kV. Vigência: a partir da data de sua publicação pela acessante, assim permanecendo pelo período de 12 meses, prorrogado por mais 12 meses, e assim sucessivamente até o limite de 60 meses. Licitação: dispensada com fulcro no art. 24, inciso VIII, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO Nº 124/2021

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Cemig Distribuição S.A. Objeto: estabelecimento das condições, procedimentos, direitos e obrigações das partes que regularão o fornecimento de energia elétrica regulada pela Cemig D ao consumidor, para atender à sua unidade inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.516.113/0001-47, localizada na Rua Martim de Carvalho nº 94, Bairro Santo Agostinho, Município de Belo Horizonte. Vigência: a partir da data de sua publicação pela acessante, assim permanecendo pelo período de 12 meses, prorrogado por mais 12 meses, e assim sucessivamente até o limite de 60 meses. Licitação: dispensada nos termos do art. 24, inciso VIII, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.



ERRATA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 2/12/2021, na pág. 8, onde se lê:

“Oséias Felicissimo Soares”, leia-se:

“Oséas Felicissimo Soares”.